



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

**LEI N.º 658/2004 de 28 de dezembro de 2004.**

**Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício do ano 2.005 e dá outras providências relativas à execução e ao controle orçamentário**

**O Prefeito Municipal de Capela**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em cumprimento aos dispositivos da Lei Municipal n.º 653/2004 de 11/06/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício do ano 2005, esta Lei aprova o Orçamento Anual para o referido ano fiscal, estimando a receita, fixando a despesa e determinando providências no tocante à gestão orçamentária e financeira em função do controle das contas públicas do Município e o equilíbrio fiscal.

Parágrafo único - O orçamento anual de que trata o *caput* deste artigo compreende:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

II - o Orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos do Poder Executivo Municipal.

### CAPÍTULO I - Da Receita Estimada e da Despesa Fixada

Art. 2º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município para o exercício do ano 2.005 com a Receita estimada, a preços correntes, conforme a legislação tributária vigente, a em R\$. 12.456.400,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos reais) e a Despesa fixada em igual valor, discriminadas, respectivamente, nos artigos 3º e 4º integrantes desta Lei, obedecendo ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o referido exercício e em consonância com a legislação pertinente, apresentando conjuntamente os Programas de Trabalho dos Poderes Legislativo e Executivo.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

§ 1º – A Receita de que trata o *caput* deste artigo encontra-se desdobrada nos seguintes agregados:

I – o Orçamento Fiscal, em R\$.11.672.100,00 (onze milhões, seiscentos e setenta e dois mil e cem reais);

II – o Orçamento da Seguridade Social, em R\$. 784.300,00 (setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos reais).

§ 2º – A Despesa de que trata o *caput* deste artigo encontra-se desdobrada nos seguintes agregados:

I – o Orçamento Fiscal, em R\$.11.672.100,00 (onze milhões, seiscentos e setenta e dois mil e cem reais);

II – o Orçamento da Seguridade Social, em R\$. 784.300,00 (setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos reais).

§ 3º - Conta, dos Anexos desta Lei, e parte dela integrante, o detalhamento por origem da fonte de recurso dos orçamentos – **Orçamento Geral, Fiscal e da Seguridade Social – 2005 por origem de recursos (Anexo IV)** de que tratam os parágrafos anteriores, integrantes do Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2005.

Art. 3º - A Receita está estimada com base na metodologia descrita no **Anexo I – Metodologia da Estimativa e Evolução da Receita - 2005** e será captada em consonância com a legislação em vigor, realizada com base no produto do que for arrecadada, na forma da legislação em vigor, processada mediante arrecadação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, contabilizada de acordo com sua origem e segundo as categorias econômicas, obedecendo ao seguinte desdobramento:

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>11.210.100,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	99.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	246.400,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$	2.200,00
RECEITA INDUSTRIAL	R\$	1.100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	5.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	10.762.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	93.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.246.300,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$	27.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	R\$	40.700,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	R\$	119.900,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$	1.051.600,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$	6.600,00
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>12.456.400,00</b>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

§ 1º - As medidas que impliquem na renúncia de receita mediante concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não-geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que leve a redução de tributos ou contribuições, requerem prévia autorização legislativa, com exceção de cancelamento de débitos de valor inferior ao respectivo custo de cobrança.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria e a Lei de Diretrizes Orçamentária de 2005 deste município.

Art.4º - A Despesa, fixada de acordo com a metodologia descrita no Anexo II – **Metodologia de Fixação e Evolução da Despesa - 2005**, esta discriminada segundo a categoria funcional programática por função de governo, obedecendo ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o referido exercício e em consonância com a legislação pertinente, de acordo com o desdobramento a seguir:

PODERES	FUNÇÃO DE GOVERNO	TOTAL
LEGISLATIVO	01 LEGISLATIVA	446.600,00
EXECUTIVO	02 JUDICIÁRIA	39.600,00
	04 ADMINISTRAÇÃO	1.027.400,00
	05 DEFESA NACIONAL	20.900,00
	06 SEGURANÇA PÚBLICA	14.300,00
	08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	963.600,00
	09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	566.500,00
	10 SAÚDE	2.467.300,00
	12 EDUCAÇÃO	4.913.700,00
	13 CULTURA	469.700,00
	15 URBANISMO	1.038.400,00
	16 HABITAÇÃO	48.400,00
	17 SANEAMENTO	279.400,00
	20 AGRICULTURA	82.500,00
	26 TRANSPORTE	78.100,00
<b>TOTAL</b>		<b>12.456.400,00</b>

§ 1º - A dotação da função Legislativa poderá ser modificada, aumentando ou reduzindo os valores fixados nesta Lei, após o encerramento do exercício de 2004, para ajustamento da fixação da despesa à estimativa da receita com base no estabelecido nos dispositivos constitucionais e legislação complementar.

§ 2º - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos legais.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2.005, função, programa, subprograma, projetos e atividades e respectivos créditos adicionais a fim de dar cumprimento a acordos firmados mediante convênio, assim como a legislação federal ou estadual sobre a matéria, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentária vigente.

§ 4º - Os valores fixados para programação de trabalho de que trata o parágrafo anterior, atenderá às determinações preceituadas pelo governo federal e/ou estadual respeitadas as disponibilidades financeiras do Município, conforme orientação emanada da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2005.

### CAPÍTULO II - DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 5º. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais respeitando os limites e as disposições emanadas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício do ano 2.005 e as políticas e diretrizes integrantes do Plano Plurianual 2005/2008.

§ 1º - No cálculo do limite de que trata o *caput* deste artigo não devem ser incluídos:

- I - os créditos especiais abertos com autorização do Legislativo;
- II - os créditos extraordinários, que obedecem à legislação específica;
- III - os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida;
- IV - às despesas financiadas com operações de crédito.

§ 2º - O limite autorizado no *caput* deste artigo não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender a insuficiência de dotações do grupo de Pessoa e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

II – atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulações de dotações;

III - atender às despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

IV – atender a insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das Funções Saúde, Assistência Social, Previdência Social, e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

V – incorporar saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2004, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEF, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

### CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. - O Poder Executivo divulgará, até 31 de dezembro de 2004, os quadros do **Orçamento Geral do Município de Capela - 2005 - Detalhamento da Receita e da Despesa segundo a legislação em vigor** (Anexo III), especificando por unidade gestora, cada categoria de programação: função, programa, subprograma, projeto/atividade desdobrado segundo a categoria econômica: grupo e elemento de despesa.

Art. 7º - De acordo com a legislação a dotação das Funções Legislativa, Saúde Educação e Assistência Social estão estimadas envolvendo os recursos específicos em observância à legislação em vigor.

Art. 8º - Ao Poder Executivo competirá estabelecer normas para realização da Despesa, inclusive a programação financeira do desembolso para o exercício do ano 2.005, onde serão fixadas as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da Receita, em atendimento ao que preceitua a Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2005.





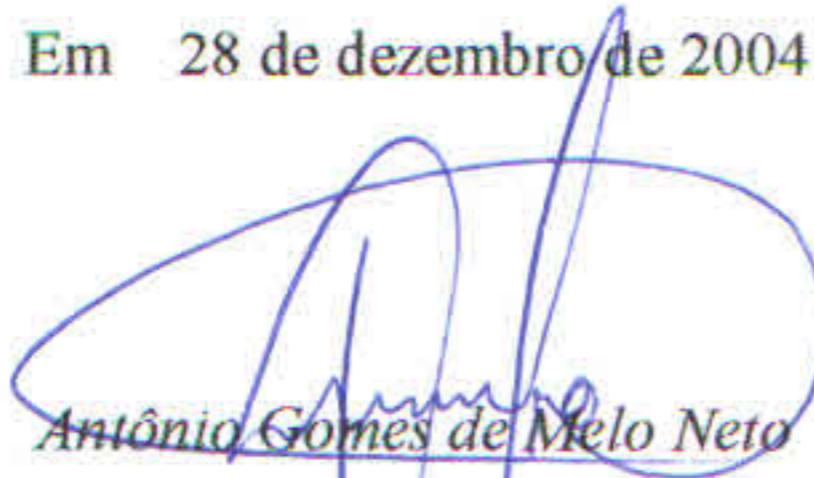
## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

Parágrafo Único - As normas de que tratam o *caput* deste artigo deve viabilizar a compatibilidade da gestão orçamentária a diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislação pertinente, buscando o equilíbrio econômico-financeiro e fiscal pelo ajustamento entre a Receita efetivamente arrecadada e a Despesa realizada.

Art. 9º - Para garantir o equilíbrio das contas municipais o Poder Executivo fica autorizado a baixar instruções para contenção dos gastos públicos municipais, mediante a limitação de empenho e desembolso, especialmente quando a arrecadação da Receita não estiver de acordo com as estimativas que serviram de base para fixação da Receita Anual.

Art 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Em 28 de dezembro de 2004

  
Antônio Gomes de Melo Neto  
Prefeito

Registro sob fls 26 V de 1991  
de Registro desta Prefeitura  
Capela 29 de 12 de 2004